

Lisboa, 1 de Fevereiro de 1972

Exm^{as}. e Revm^{as}. Senhor

D. António Ferreira Gomes

Venerando Bispo do

Porto

Excelência Reverendíssima

Da alocução sobre a paz que V. Ex^a. Revm^a. pronunciou no dia 1 de Janeiro na Catedral do Porto e a que o jornal da sua Diocese deu relevo de grande acontecimento, li com particularíssimo interesse as palavras que dedicou aos capelães militares e que muito me entristeceram pela falta de objectividade e pela injustiça que revelam.

Creia, senhor Bispo, quanto se penaliza ter de fazer este reparo, que todavia em nada afecta a elevada estima e respeito que lhe consagro. V. Ex^a. Revm^a. é Bispo e eu sou Bispo. Falei, por isso, durante estas semanas, se não seria preferível, por amor da Igreja que ambos servimos, deixar que o tempo e o silêncio apagassem a penosa impressão da injustiça cometida. Mas tenho visto a exploração a que as suas afirmações se têm prestado, como era de esperar, para "bater" no Vicariato Castrense e em especial nos capelães que por mandato da Igreja o servem, e, como não sou eu pessoalmente que estou em causa, mas o bom nome desses capelães, cuja honra tenho a indeclinável obrigação de defender diante de todos, ainda que para isso eu haja de me opôr a quem tanto prezo e admiro, como é o caso, pareceu-me que sem mais demora deveria trazer ao conhecimento de V. Ex^a. Revm^a. a minha reacção, simultaneamente de mágoa, de estranheza e de protesto.

A declaração de V. Ex^a. Revm^a. veio na "Voz Portuguesa", sem dúvida com a sua autorização, deu volta ao país, foi transcrita pelo menos noutra orgão de imprensa que, apesar da Igreja, também agora parece querer dar-se ao luxo de atacar as instituições da Igreja. Ao côro de difamações que certos padres e católicos se vêm entretendo, desde há tempos, a alimentar contra os capelães militares, V. Ex^a. Revm^a. veio assim, com larguíssima publicidade, juntar agora a sua voz. Sem intenção, admito; mas com efeitos ainda

mais danosos, dada a autoridade episcopal de que se encontra revestido, Porque não acho bem que estas questões se façam pasto da curiosidade pública, quase sempre mórbida, limito-me a enviar-lhe apenas esta carta, de amigo para amigo. Só me permito a dela enviar cópia aos nossos colegas no Episcopado, visto que V. Ex^a. Revm^a. resolveu trazer para o exterior um assunto que poucos dias antes havia sido tratado (e devidamente esclarecido) na reunião da Conferência Episcopal, e também aos que mais de perto trabalham comigo, como representantes de todos aqueles que V. Ex^a. Revm^a. injustamente depreciou, logo no Dia da Paz ainda por cima consagrado ao culto da Justiça.

Na sua alocução, V. Ex^a. Revm^a. não se refere a um ou outro capelão da sua roda de conhecidos e a quem julgue necessário censurar tal ou tal aspecto da sua mentalidade ou da sua vida. Como sabe, mesmo nas dioceses onde o clero é mais distinto, nem todos os padres são igualmente exemplares, sobretudo num tempo, como o nosso, de tão acentuada crise sacerdotal. A quem tenha o gosto de coleccionar os defeitos dos outros, é sempre possível encontrá-los em homens que, não obstante as graças do sacerdócio de que foram enriquecidos, são frágeis como qualquer ser humano. Mas aproveitar uma ocasião solene, num ambiente de oração, do alto de uma tribuna sagrada, para os condenar - condenar não doutrinas ou asquenas, repare V. Ex^a. Revm^a., nas irmãs no próprio sacerdócio -, apontando-os à comunidade cristã como que infieis às suas responsabilidades sacerdotais - a tal ponto "lhe causam por vezes horror", "o impressionam", "o assustam" -, não é, segundo penso, muito edificante. Ainda que V. Ex^a. Revm^a. se referisse apenas aos capelães oriundos da Diocese do Porto, e os considerasse, mas sem razão, merecedores dos seus sentimentos de "horror" e de "susto", o seu dever não era denunciá-los, mas corrigi-los fraternalmente. Em todo o caso eram da sua área de jurisdição, e por isso ainda poderíamos compreender uma atitude semelhante. Porém, V. Ex^a. Revm^a., arrogando-se um direito de magistério em âmbito nacional que nem o Vicariato Castrense nem, creio, os outros Superiores Eclesiásticos lhe poderão reconhecer, fala dos capelães em geral, dos da sua Diocese como dos das outras e até dos Institutos Religiosos: "A Igreja hierárquica está presente ao Exército (...) pelo Ordinário Castrense e pelos capelães. (...) Causa-nos por vezes horror ver como esses capelães, etc." "A Hierarquia está pois presente à guerra, localmente, pelos capelães; e esses capelães (...) impressionam-nos e assustam-nos, etc". V. Ex^a. Revm^a., pois, não exclui nenhum capelão dos seus julgamentos categóricos.

E de que os acusa? "Causa-nos por vezes horror ver como esses capelães mostram tão evidentes virtudes "militares". "Esses capelães impressionam-nos e assustam-nos pelas suas virtudes "militares". Confesso que não entendo bem as razões da acusação. Porque, mesmo que displicentemente colocadas entre aspas (aspas que os leitores da "Voz Portucalense" puderam ver, nas os ouvintes na Catedral não puderam ouvir), as virtudes militares são perfeitamente dignas e honrosas, amplamente compatíveis com o Evangelho de que os sacerdotes são mensageiros. E escuso de apelar para o que delas escrevem os autores ou, ainda mais, para o que delas diz a própria existência de tantos e tantos militares, que, por lhes serem fiéis, na pureza do ideal, na renúncia dos seus interesses, no sacrifício, acabam por se tornar inegáveis exemplos de grandeza moral. Apelo tão-somente para o testemunho da Igreja, o que não poderá ser indiferente a um bispo, testemunho que, para não falar doutros Papas, Paulo VI tão eloquentemente tem sabido traduzir.

Tenha, pois, V. Ex^a. Revm^a. a bondade de ler os seguintes períodos do Sumo Pontífice:

"A vocação do soldado é por definição uma vocação de serviço; e o centurião do Evangelho aí está para atestar que não há incompatibilidade entre as exigências da disciplina militar e as da fé, entre o ideal do soldado e o do crente" (Aloc. de 21 de Abril de 1965).

"Poderia parecer a um observador superficial que há bem poucas relações entre a profissão das armas, que é a vossa, e a religião do Evangelho de que nós somos ministros. Mas quem lê atentamente a Sagrada Escritura apercebe-se que o soldado tem nela o seu lugar e que o ocupa dignamente" (Aloc. de 29 de Março de 1967).

"Servis (a Pátria)...com grande generosidade, idealismo, desinteresse e com as virtudes que são próprias do soldado, isto é, a disciplina, o altruísmo, a consciência e, quando necessário, igualmente o sacrifício. São valores, estes, aos quais também Nós rendemos homenagem. (...) O Exército pode ser uma grande escola de vida, não apenas militar mas cívica: vós ensinais a união, ensinais a solidariedade, ensinais a quererem-se bem uns aos outros, ensinais a saberem-se sacrificar uns pelos outros" (Aloc. de 31 de Maio de 1967).

"Vós trazeis, filhos caríssimos, debaixo da vossa farda um tesouro de virtudes naturais extremamente precioso. Queremos recomendar-vos que

conserveis autêntico esse tesouro, fazendo dele uma dupla dádiva: à vossa fé religiosa, a qual nada deseja mais do que ser professada com a vossa sincera e robusta adesão (...), e ao vosso País. A vida militar deu-vos mais perfeita consciência de vós próprios e deu-vos ocasião de manifestar essas virtudes, exaltando-as até ao heroísmo e para muitos dos vossos companheiros até à imolação das suas vidas. (...) Dai à vida da vossa Nação a energia, a fidelidade, o patriotismo, de que o serviço militar foi para vós escola nobre e severa" (Aloc. de 18 de Março de 1968).

Releio estas palavras, providas do mais autorizado magistério da Igreja, e francamente não vejo em que é que os capelães podem causar "horror" ou "susto" a um bispo da mesma Igreja, mesmo que eles venham algum dia também a evidenciar virtudes militares, com aspas ou sem aspas. Só se tais virtudes fossem contrárias às da vida sacerdotal. Mas é-o o "patriotismo"? É-o a "vocação de serviço"? É-o a "generosidade", "o idealismo", o "desinteresse", a "disciplina", "o espírito de sacrifício"? É-o a "solidariedade", o "quererem-se bem uns aos outros", o "saberem-se sacrificar uns pelos outros"?

Tão seguro estou de que V. Ex^a. Revm^a. não terá querido pôr em causa todo este "tesouro de virtudes morais extremamente precioso", como observa o Papa, que só por um descuido de linguagem ou, então, por uma interpretação excessivamente acanhada do que vem a ser a alma do soldado é que se compreende não tenha evitado cair na fácil tentação de utilizar, em contexto bem depreciativo e com o risco de ferir tantos homens digníssimos (não me refiro apenas aos capelães, como aos próprios militares, sobretudo os de carreira) a expressão "virtudes militares" que para todos é alta e justamente venerável, como o melhor a que aspira o seu coração de profissionais.

Com efeito, conclui-se da sequência da sua exposição (ou parece concluir-se, pois nem sempre é clara a redacção das linhas que tento comentar) que, para V. Ex^a. Revm^a., virtudes militares significam, em resumo, aquilo que logo adiante escreve: "É que um militar que seja combatente tem de enfrentar alternativas existenciais que, em última análise, jogam entre matar e morrer". Todos sabem, porém, que matar e morrer não são virtudes. São factos. Bons ou maus. Infames ou heroicos. Conforme os casos. Virtudes militares, para um soldado, são apenas aquele belo e largo programa de vida, aquele excelente e amplo conjunto de princípios de conduta, de atitudes de vontade, de convicções e afectos de alma, que Paulo VI tão rasgadamente elogia, como vimos, incluído-se ele próprio no número dos que lhes "rendem homenagem".

Ora, precisamente no quadro dessas virtudes, "a vocação do soldado - são ainda palavras de Paulo VI - é por definição uma vocação de serviço". De serviço de quem? De comunidades e pessoas ameaçadas, que sem ele, o soldado, ficariam completamente privadas de defesa e à mercê dos injustos agressores. Porque, apesar da terrível maldição que todas as guerras representam, apesar do imenso desejo de paz que palpita no coração dos homens bem formados, a triste e dolorosa verdade é que restam ainda, no nosso dilacerado mundo, circunstâncias extremas de agressão - como recorda expressamente o Concílio - em que "não se poderá negar aos governos o direito de legítima defesa", o direito de utilizar a força armada "para justa defesa do povo" (Gaudium et Spes, n. 79).

Então - diz mais o Concílio - "aqueles que se dedicam ao serviço da pátria no exército, considerem-se servidores da segurança e da liberdade dos povos; na medida em que desempenham rectamente esta função, contribuem verdadeiramente para estabelecer a paz" (Id., ibid.).

Numa tal eventualidade, o soldado, sim, poderá morrer ou poderá matar. Mas ele não tem como objectivo nem uma coisa nem outra. O que ele procura, o que ele quer, o que ele ambiciona é apenas salvar aqueles que estão entregues à sua defesa, constituindo-se assim "servidor da segurança e da liberdade" das populações a que, por juramento, se consagrou. Naturalmente pode suceder que à sua actividade se venham misturar por vezes tentações de violência ou de ódio. Mas o soldado - tanto quanto eu posso testemunhar durante longos anos de observação - não é educado nem para a violência nem para o ódio. É educado para a justiça. Para o serviço dos outros. E na medida em que ele tenha esclarecida consciência de uma tal missão, não é lícito falar também de caridade?

Resumir, pois, a vocação do militar, mesmo a do combatente, "entre matar e morrer", é extremamente pobre e incompleto. Sim, repito, ele poderá morrer: mas morrer na justa defesa das populações, por espírito de serviço, não é a maior prova da nobreza de um homem? E, sim, poderá também matar: mas matar é um acidente trágico, que o soldado evita quanto pode e o enche de piedade e de angústia. Efectivamente, a morte e a vida não são ali capricho monstruoso. Por detrás de tudo, existe um mundo de virtudes humanas, e até cristãs, que não permitem ao soldado decair ao nível dos instintos. São as virtudes militares.

Dir-me-á V. Ex^a. Revm^a. que a realidade nem sempre será como a descrevo. Certamente que não. Mas eu estou a referir-me às virtudes militares e àqueles, muitíssimos, que as praticam. Excepções existem em todos os domínios e profissões, sabido como é que em nenhuma parte há homens em estado puro. Mas na própria existência dessas excepções é que reside a justificação e a importância dos educadores, entre os quais, a par de vários outros, conte V. Ex^a. Revm^a. justamente os capelães.

E agora - voltando aos capelães - perceberá V. Ex^a. Revm^a. melhor a minha mágoa.

Após afirmar que, para um militar, as alternativas existenciais, em última análise, "jogam entre matar e morrer", acrescenta: "Pelo contrário, o Capelão não pode matar; se o fizesse, desonrava a sua missão e seria quase certamente um criminoso".

Mas quem ensinou alguma vez o contrário aqui no Vicariato Castronense? Sabemos muito bem - e não era necessário que V. Ex^a. Revm^a. no-lo dissesse - que o capelão não está nas forças armadas ao mesmo título que os outros militares. Sabemos muito bem que a sua missão nas fileiras é de natureza rigorosamente espiritual. Os outros fazem a guerra, e devem-na fazer seriamente, isto é, no diligente cumprimento das suas obrigações profissionais, pois desde que a guerra se não possa evitar, o Concílio também afirma que "todos aqueles que participam na responsabilidade dos negócios públicos têm o dever de assegurar a defesa das pessoas que lhes estão confiadas, tratando com toda a seriedade um assunto de tal maneira sério (Lumen Gentium, n. 79). Mas o capelão, ninguém o ignora, não faz a guerra. Apenas cuida espiritual e religiosamente dos militares. Ele não está lá, portanto, por causa da guerra; está lá, exclusivamente, por causa dos homens que são obrigados a suportá-la.

V. Ex^a. Revm^a. afirma que os capelães "o encham de horror", "o impressionam", "o assustam" pelas suas evidentes (!) virtudes militares. Mas agora vê-se que não era propriamente às virtudes militares que desejava referir-se. Era, antes, a este "matar e morrer" em que estreitamente aperta a ética do soldado e que parece acreditar, não sei porque estranhos devaneios da imaginação, ser o que também por lá andam a fazer os capelães militares, e mais matar do que morrer, como se lê: "Pelo contrário, o Capelão não pode matar; se o fizesse, desonrava a sua missão e seria quase certamente um criminoso".

Esta frase, perdoe V. Ex^a. Revm^a., insinua coisas inadmissíveis tanto para os que orientam o Vicariato Castrense como para os capelães que o servem, e ofendem gravíssimamente a sua dignidade e a sua honra.

Onde já viu V. Ex^a. Revm^a. algum capelão militar cujo comportamento possa justificar a oportunidade da infeliz insinuação contida na frase que escreveu? Não nego a existência de falhas no Vicariato Castrense e de falhas até, mas de outra ordem, no comportamento de um ou outro capelão, sobretudo por haver alguns Superiores Eclesiásticos que se negam a seleccioná-los, como lhes compete. Contudo, capelão que mate, ou seja mandado matar, ou ande para matar, se existe algum, não passará de um enfermo. Mas eu não o conheço.

O que conheço são coisas bem diversas. Conheço a formação que o Vicariato Castrense lhes faz continuamente chegar para que sejam padres, e unicamente padres, entre os militares, reflexo vivo quanto possível do Evangelho. Conheço a obra que eles realizam, apesar de alguns se ressentirem da falta de preparação para este ministério tão complexo ou do peso das circunstâncias adversas, obra admirável de presença, de diálogo evangelizador, de alegria, de oração, dessa incomensurável caridade de que Deus os torna portadores entre os seus homens. E conheço, também, os enormes sacrifícios que suportam; esses milhares de quilómetros de picadas percorridas entre perigos para levar aos militares mais isolados a Palavra e o Pão de Jesus Cristo; esses climas incóspitos para onde avançam, sem um queixume, tão diferentes das tranquilas paróquias onde trabalhavam; esse isolamento espiritual em que vivem; essas visitas aos feridos e doentes; esse debruçar-se piedosamente sobre os moribundos para lhes receber, em nome de Deus, o último suspiro; esse contribuir para que, nas horas más do desespero ou de fadiga, nunca entre os combatentes a valentia se transforme em crueldade nem a vitória em recusa de perdão; esse aproveitar das horas mortas para colaborar na promoção cultural e social dos mais rudes, preparando-os para os exames da instrução primária ou do liceu; esse pôr-se generosamente à disposição dos Bispos do Ultramar para os ajudar, embora humildes e limitados como são os seus recursos, na urgente tarefa da evangelização das populações nativas, Isto, sim, conheço. E exalto. E admiro - sentindo-me bem pequeno quando me comparo a eles e recordando tantas vezes estas reconfortantes palavras que também pertencem a Paulo VI: "E vós, capelães militares, estimai toda esta juventude e sabeis que a vossa actividade no meio dela é muito preciosa".

Se fosse possível conhecer-se em pormenor o inenso bem que os nossos capelães, no seu conjunto, têm feito espiritualmente a tantos milhares de portugueses, quase todos cristãos, nesta conjuntura histórica da vida nacional, um tal balanço revelaria, creio-o convictamente, uma epopeia de dedicação, de esforço, de caridade pastoral - honra de uma magnífica geração de padres.

Para tudo isto, porém, V. Ex^a. Revm^a. não tem uma única palavra de estímulo, de encorajamento, de aplauso, de benevolência, de amizade, ao menos de polida compreensão - e vários desses padres são da Diocese do Porto! Do alto das suas certezas, só tem palavras que diminuem, que humilham, que desprestigiam. É pena! Os capelães militares são sacerdotes: com a generosidade que lhes é possível servem a Igreja como qualquer outro sacerdote em qualquer outro sector de actividade pastoral. Por isso, têm o direito de esperar dos seus Superiores um sinal, muito pequeno embora, de estima e de louvor, e não gravames.

Enfim, bem vistas as coisas, nem se percebe ao certo aquilo de que V. Ex^a. Revm^a. se queixa deles. Virtudes militares? Infidelidade à sua missão sacerdotal? Mentalidade ou ânimo de matar? Seja o que fôr, é seguramente para V. Ex^a. Revm^a., errando dentro do seu espírito como alguma visão aterradora, qualquer coisa de abominável. Porque eles, os capelães, como declara, "lhe causam por vezes horror", "o impressionam", "o assustam". Eis tudo. É pura e simplesmente deplorável como objecto de homilia de um Prelado, pois se trata de uma injúria.

A presente carta, sr. Bispo, já vai longa, mas peço a V. Ex^a. Revm^a. que tenha a paciência de me aturar um pouco mais, pela necessidade de abordar ainda um outro ponto.

Certamente para sublinhar uma posição de absoluta neutralidade que lhe permitisse criticar os capelães sem que o pudessem considerar também de alguma forma responsável pela sorte do clero castranço, V. Ex^a. Revm^a. escreve, em determinado passo, que os capelães "até por vezes accusam o bispo próprio de os mandar para a guerra", mas que uma tal acusação carece de fundamento, porque "ele (o bispo próprio) nem sequer poderia" fazê-lo. E dá como argumento a seguinte disposição da Concordata: "Os capelães militares são nomeados pelo Ordinário Castranço de acordo com o Governo". Em termos mais simplificados: "não sou eu, és tu".

V. Ex^a. Revm^a. sabe, contudo, como as coisas se passam.

É evidente que a nomeação dos capelães é atribuição do Ordinário Castrense. Quem o nega? Mas, como salta à vista, o problema não se coloca aí, no momento da nomeação dos capelães. Coloca-se um pouco antes, no momento da sua escolha: quem os envia para o Vicariato Castrense, ou seja, quem os deve seleccionar, designar ou apresentar. Ora, a este respeito, os textos não deixam lugar a grandes dúvidas.

O Decreto de erecção do Vicariato Castrense em Portugal, publicado pela então chamada Sagrada Congregação Consistorial, em 29 de Maio de 1966, diz:

"O Vigário Castrense nomeia canonicamente o Vigário Geral e todos os capelães (...), e escolhe-os de acordo com os Ordinários dos lugares e os Superiores Religiosos, devendo estes (...) favorecer diligentemente o ingresso dos melhores sacerdotes na assistência religiosa dos militares".

De uma forma ainda mais solene e autorizada, visto ser a própria palavra do Concílio, diz o Decreto sobre o múnus pastoral dos bispos:

"Como a assistência espiritual aos soldados exige um grande cuidado, devido às suas condições especiais de vida, erija-se, caso seja possível, um vicariato castrense em cada nação. Tanto o Vigário como os capelães devem consagrar-se inteiramente a esta difícil tarefa, de acordo com os Bispos diocesanos.

"Para isso, os Bispos diocesanos concedam ao Vigário Castrense sacerdotes em número suficiente e preparados para este serviço, e favoreçam ao mesmo tempo as iniciativas para conseguir o bem espiritual dos soldados" (n. 43).

Com a finalidade de respeitar estas claríssimas disposições da Igreja, que vinculam a responsabilidade dos Superiores Eclesiásticos a uma cuidadosa selecção dos capelães, é que o Estado adoptou o seguinte mecanismo legal de recrutamento: numa primeira fase, com a duração de vários meses, os Superiores Eclesiásticos podem livremente apresentar os sacerdotes com menos de 40 anos que julgarem pastoralmente mais idóneos, nos termos das disposições eclesiásticas supra-citadas; numa segunda fase, com a duração de um mês, se não houver sacerdotes apresentados em número suficiente, os capelães são

recrutados por força da lei a partir dos mais novos. Mas, então neste segunda fase, os Superiores Eclesiásticos têm o direito de isentar aquele ou aqueles que mais falta considerem fazer aos serviços pastorais ordinários ou cujo recrutamento lhes pareça por qualquer motivo contra-indicado. O Estado deixou assim integralmente aos Superiores Eclesiásticos a última decisão sobre o ingresso de todos e de cada um dos capelães. E deve até salientar-se que a segunda fase está prevista apenas como um recurso in extremis, pois o recrutamento compulsivo não tem verdadeiramente sentido em questões de natureza pastoral. O que a Igreja quer lá está: "Os Ordinários dos lugares e os Superiores Religiosos devem favorecer diligentemente o ingresso dos melhores sacerdotes na assistência religiosa dos militares". O resto não é de molde a tranquilizar a consciência de nenhum Pastor.

Como V. Ex^a. Revm^a. v^o, afirmar em público que o bispo diocesano não tem nada com o facto de os seus padres irem prestar assistência religiosa aos militares, ou que não é "o bispo próprio quem os manda para a guerra", como escreve, aliás sem grande propriedade, é, afinal, esconder à consciência dos sacerdotes, e dos cristãos em geral, aquelas peremptórias e indisfarçáveis determinações da Igreja, de que o Estado se faz apenas eco. E, além do mais, é deixar cair na sombra a parte que lhe pertence numa responsabilidade eclesial comum.

Terminando aqui as minhas considerações, de cuja extensão peço-me desculpe, quero reafirmar que absolutamente em nada do que escrevi pretendi magoar V. Ex^a. Revm^a. ou ferir o respeito e amizade que lhe devo e fraternalmente lhe dedico. Sem a menor intenção polémica, desejei apenas cumprir uma obrigação a que, em consciência, senti não poder fugir, por amor da verdade e da justiça, tanto mais que sou eu neste momento, enquanto não é nomeado o novo Ordinário Castrense, o mais alto responsável pelo governo do Vicariato e pelo bom nome dos capelães militares.

Com os melhores cumprimentos, apresento a V. Ex^a. Revm^a. os protestos da minha religiosa veneração.

a) +António, Bispo de Madarsuma
Vigário-Geral Castrense

VIII DIA MUNDIAL DA PAZ 1975

Homilia do Senhor Bispo do Porto
_____ na Sé Catedral _____



III MUNDIAL DA PAZ

1975

Homilia do Senhor Bispo do Porto
na 2ª Sessão



Voz Portucalense

«PAZ EM PORTUGAL PELA RECONCILIAÇÃO ENTRE OS PORTUGUESES»

Benignitas et humanitas apparuit Salvatoris nostri Dei (Tit. 3, 4).

Apareceu no mundo a benignidade e humanidade do nosso Salvador, que é Deus, a fim de, arrancando-nos à rudeza antiga e suas concupiscências, nos ensinar a viver com sobriedade, piedade e justiça, neste nosso século.

Spiritus est qui testificatur quoniam Christus est veritas (I Joan. 5, 6).

Cristo é a Verdade: é o Espírito quem o testemunha. Dela nos devemos alimentar, em festa comunitária, «como do pão ázimo da sinceridade e da verdade humanas» (I Cor. 5, 8).

Neste Dia Mundial da Paz e da Fraternidade Humana, dentro do presente Ano Santo da Reconciliação, devemos falar da Reconciliação como caminho para a Paz, isto é, da Paz pela Reconciliação. **Hic et nunc**, neste nosso Portugal depois do 25 de Abril, devemos falar da reconciliação entre os portugueses, da paz em Portugal, paz pela reconciliação dos portugueses. E não é que esqueçamos nem desvalorizemos a paz de três guerras insensatas em que andávamos loucamente empenhados nem que nos agrade pensar, gratuitamente ou por mero sado-masoquismo, em tensões de guerra civil entre portugueses...
Visto que devemos falar, situando-nos, falar pois não hoje dum Portugal que quer estar no mundo, começaremos por situar as nossas reflexões e palavras no mais amplo contexto da Humanidade e da Igreja universal. Tomaremos para isso o texto e contexto mais autênticos, a saber, a

Mensagem sobre «os Direitos do Homem e a Reconciliação» dirigida a todo o mundo por Paulo VI em união com os Padres do Sínodo romano, lida e aprovada por aclamação em sessão do mesmo Sínodo de 23 de Outubro findo.

«Dois aniversários ricos numa particular significação para a Igreja e para o mundo se produziram desde o Sínodo de 1971: décimo aniversário da *PACEM IN TERRIS*, encíclica do Papa João XXIII (1963), vigésimo quinto aniversário da Declaração dos direitos do homem, das Nações Unidas (1948). Um e outro destes documentos recordam-nos que a dignidade humana exige a defesa e promoção dos direitos do homem...»

Se é exacto que as verdades respeitantes à dignidade do homem e seus direitos são um bem comum de todos os homens, quanto a nós encontramos a sua expressão

mais completa no Evangelho. E haurimos nós também no Evangelho o motivo mais premente de nos empenharmos na defesa e na promoção dos direitos humanos.

No curso deste Sínodo, a estreita relação entre este empenhamento e o ministério da Igreja apresentou-se com evidência na troca que fizemos das nossas experiências pessoais, nas quais se reflecte o carácter transnacional da Igreja, a sua presença no íntimo da consciência dos povos e a sua participação no sofrimento humano onde quer que os direitos são postergados ou violados.

Reflectindo sobre estas experiências à luz do Evangelho, nós queremos lançar um apelo a favor dos direitos humanos e da reconciliação... Nós queremos elevar a voz em nome de todos os homens sem voz que sofrem injustiças.

A dignidade humana tem a sua raiz na imagem e reflexo de Deus, que estão em cada um dos homens. Por isso, todas as pessoas humanas são essencialmente iguais entre si... A Igreja crê com toda a firmeza que a promoção dos direitos humanos é uma exigência do Evangelho e que ela deve ocupar um lugar central no seu ministério...

Na Igreja, como em todas as outras instituições, ou agrupamentos, é preciso trabalhar em purificar os modos de agir, os processos; é preciso purificar também as relações que cada um pode ter com estruturas e sistemas sociais fatores de violações dos direitos do homem, que devem ser denunciados.

Não há nenhuma nação que seja hoje sem pecha nem mácula no que respeita aos direitos do homem. Não compete certamente ao Sínodo especificar casos particulares de violações; isto releva mais do nível local»...

Pois bem: aquilo que o Papa e os Padres sinodais remetem ao plano das Igrejas locais não podemos nós enjeitá-lo, enquanto empenhamento da nossa Igreja.

NECESSIDADE DE UMA REVOLUÇÃO MORAL

Uma revolução pelos meios de força pode ser necessária como *ultima ratio*, e pode legitimar-se pela sua própria necessidade extrema. Se porém não for seguida duma revolução nos comportamentos e nos costumes, se a revolução material não for acompanhada e seguida duma revolução moral à sua própria medida, a legitimidade da subversão duma desordem estabelecida pode ser, ela própria, posta em causa. Sem essa revolução moral, um golpe de força não será mais que um golpe de Estado e poderia mesmo ficar-se num simples golpe de mão.

É por essa revolução moral que temos de bater-nos, os que amamos a nossa Pátria e o nosso Povo, cada um na sua própria sede ou instância e pelos meios que lhe são próprios: a Igreja na sede e na instância do Evangelho e pelos meios do espírito e da consciência humana.

A liberdade é mais que simples condição, é o todo do homem moral: ser homem é ser livre, ser livre ao nível da auto-consciência é ser homem. A liberdade é um direito e como tal deve ser cultivada, ao nível da pessoa, que só ela é sujeito de direitos; direito da pessoa própria e direito da pessoa alheia.

Mas, com ser um direito e para mais o ser, a liberdade é uma virtude e uma obrigação. Para o cristão o dever da liberdade nasce da sua relação de consciência pessoal a Deus, como Absoluto, a quem tudo há-de referir-se: «mais importa obedecer a Deus do que aos homens», diziam os Apóstolos ao Sinédrio (Act. 5, 29). Este é o ponto de

contacto e conexão entre o direito à liberdade e o dever da liberdade: a dignidade humana está em reconhecer, e reconhecer só, o Poder enquanto legítimo, a legitimidade do Poder. Todo o Poder vem de Deus, isto é, da suma Racionalidade. Por isso qualquer disposição da Autoridade que seja essencialmente contra a Razão não é lei; mas antes corrupção da lei. Assim pensava S. Tomás; e acrescentava que, sendo assim e por isso mesmo, o homem justo não obedece, em última análise, senão à sua própria consciência.

Como virtude que é e equivalência do homem moral, a liberdade assenta em outras virtudes, ainda mais fundamentalmente identificadas com o mesmo homem moral: a virtude da humanidade e a virtude da verdade.

A verdade, como virtude, supõe quatro qualidades humanas fundamentais, que devem ser cultivadas como outras tantas virtudes, como espécies daquele género: a sinceridade, a veracidade, a objectividade e a abertura ao diálogo. A sinceridade humana, a coragem de um homem se olhar a si mesmo, em face, sem admitir alibis ou refulhos, descobrindo e enfrentando recalcamientos ou astúcias do subconsciente, chamando as suas motivações e intenções a juízo imparcial quanto possível, tal é o princípio gerador do homem moral, condição indispensável da validade do homem social. «Sê sincero contigo mesmo, dizia Shakespeare, e decerto o serás com os outros».

Dependendo da coragem de ser sincero consigo, a veracidade é no entanto virtude distinta da sinceridade. A veracidade é a base das relações inter-humanas, condição portanto duma socialidade sã ou da consistência moral da sociedade humana. Para o cristão a veracidade é algo de fundamental, porquanto a Fé provém da Palavra, o Evangelho transmite-se pelo testemunho, a própria Autoridade hierárquica não é senão o direito institucional e formal de testemunhar o facto de Jesus de Nazaré assumido a Cristo na História da Salvação. A historicidade da nossa Fé eleva a veracidade à transcendência da mesma Fé.

A objectividade, por sua vez, pode ser vista, na crítica ou gnoseologia correntes, como idêntica à própria verdade. No campo moral, porém, a coragem da objectividade é diferente mas indispensável à virtude da verdade. A verdade não é nossa, nós não somos senhores da verdade: «a nossa verdade», como tantas vezes se diz, nem sequer é verdade, mas apenas subjectividade ou relativismo e pode ser mesmo o desprezo ou menosprezo da objectividade real, princípio pois do pecado contra a verdade moral. A verdade não é nossa, nós é que somos da Verdade. Somos criaturas da Verdade e para a Verdade, objectivamente; devemos sê-lo subjectivamente, como criaturas morais.

Quem leu as páginas de Soljenitsine sobre o poder revolucionário da verdade, sobre a radical mutação de toda uma sociedade, se cada um recusasse dizer ou transmitir uma mentira, assinar qualquer papel em que a ficção ou hipocrisia estivesse à vista, quem leu essas páginas cheias de emoção e comunicabilidade, não pode deixar de aspirar a uma tal sociedade, por mais utópica que pareça. A utopia concreta, em verdade, é a estrela de alva da realidade futura.

A mim próprio me aconteceu dizer, nesta Sé Catedral, e em dia semelhante a este, que se os homens, a maioria dos homens, amassem a verdade e lhe dessem lugar nas suas palavras, nos seus tratados e nas suas vidas, acabariam automaticamente as tiranias e as guerras. Alguém então altamente colocado no Exército, em conversa amigável, me pediu para discordar: que não era a mentira, mas sim os

interesses económicos que causavam as tiranias e as guerras. Em resposta fiz-lhe apenas esta pergunta: — mas quando é que viu os interesses económicos afrontarem a luz, dizerem o seu próprio nome, nas motivações e contestações que levam finalmente à tirania e à guerra?...

Dessa outra virtude que é a abertura ao diálogo, como coragem de aceitar o outro na sua alteridade, isto é, como pessoa inviolável, de o aceitar como pessoa outra e com outra visão do mundo e com outra opção ideológica, de o aceitar, de se abrir a ele, sem quebra dos princípios objectivos, e de o amar com o próprio amor de Deus na nossa fraternidade em Cristo, dessa virtude do diálogo da qual muito se tem falado em Igreja, sobretudo depois que Paulo VI tanto recomendou e como que canonizou o diálogo na sua primeira encíclica *Ecclesiam Suam*, nada poderíamos dizer de melhor; e portanto nada mais diremos...

A estas virtudes fundamentais e indispensáveis ao respeito e recto exercício dos direitos humanos, alguns vícios se opõem, não menos fundamentais e profundamente lesivos do respeito às pessoas e do recto exercício dos direitos pessoais. A respeito desses vícios, segundo a palavra do Sínodo já citada, não haverá nação hodierna que esteja sem mancha e sem pecha; mas, segundo o mesmo Sínodo, a nós compete-nos vê-los «ao nível local».

De entre os maiores vícios contra a prática justa e efectiva dos direitos humanos, contra a virtude da humanidade, destacaremos especialmente três: o ressentimento, a recriminação e a retaliação. E iremos notando *pari passu* que esses vícios fundamentais, pelo próprio facto de o serem, são outras tantas inversões e perversões de sentimentos humanos fundamentais, que podiam e deveriam traduzir-se em virtudes correspondentes.

O ressentimento é algo de muito profundo e omnipresente em toda a psicologia humana, na mesma extensão e com a mesma profundidade com que o sentimento é, pela própria palavra e pelo que ela significa, o equivalente e a expressão de toda a vida sensitiva ou da própria sensibilidade do ser humano. Ao nível do comportamento e da ética social, conhecemos todos o prolóquio, que condensa e traduz a valoração corrente e reacção axiológica de quase todas as pessoas: quem se não sente não é filho de boa gente.

O ressentimento que, como reacção espontânea do sentimento ou sensibilidade afectados, é comum a todo o ser vivo e, no seu carácter moral, a todo o ser humano, pode tornar-se dominante em certos indivíduos ou grupos, chegando a atingir os mais elevados níveis da patologia individual e social. Gregório Maraño dedicou a esse tema da psicologia individual, que se tornou fenómeno social colectivo, todo um livro, que significativamente intitulou «Tibério — História dum Ressentimento». O capítulo II desse livro, sob a epígrafe «Teoria do Ressentimento», abre com as seguintes considerações:

«Entre os pecados capitais não figura o ressentimento e esse é o mais grave de todos; mais que a ira, mais que a soberba — assim costumava dizer don Miguel de Unamuno. Na realidade, o ressentimento não é um pecado, mas uma paixão: paixão do ânimo que, é certo, pode conduzir ao pecado e às vezes à loucura e ao crime».

Aconteceu entre nós, vários anos atrás, que um jornal de província transcreveu do livro de Maraño o semblante psicológico de Tibério; isto, simplesmente, com a maior inocência e sem qualquer alusão ou aplicação. Pois bem, a polícia política mostrou, desta vez, uma perfeita inteligência

hermenêutica e que sabia muito bem o carácter de aquele a quem servia: o jornal e o seu director tiveram de pagar severamente o «saberem demais da história psico-social do passado e do presente»...

Não há dúvida que quem professava, com Maurras, que Roma atingira o *supra-summum* da civilização e do direito e que não teríamos mais que repetir os gestos imperiais, em edição *ne varietur*, até aquele célebre — *delenda est...* Africa — (como se Cristo não tivesse existido-) mereceria bem, só por isso, ser emparelhado com o imperador sob cuja autoridade se perpetrou o crime político do Calvário. E não seria a única vez em que na história se verificou aquela «sombria desolação duma humanidade cujo representante patético foi o imperador Tibério... o César angustiado de ressentimento», segundo as palavras do mesmo Maraño.

No entanto, a história não nos interessa aqui, como história, mas apenas como fonte de vida e mestra da mesma vida (se quisermos aceitar o seu magistério). Devemos pois perguntar-nos se tudo isto é história progressa, se socio-psicologicamente se voltou a página, se está encerrado um capítulo. Para nos convencermos de que não, de que tudo se inverteu mas pouco se converteu, bastaria ouvir e ler o que se diz e escreve, na verdade com uma insistência, convencionalidade e monotonia que dizem muito mais do que aquilo que soam, e no que dizem o mais do que aquilo que soam, e até muitas vezes no que expressamente soam, dão motivo a graves preocupações.

É bem caso de perguntar se, desmoronada a cátedra, a lição acabou; se, apeados os mestres da «ética de Estado», virão finalmente a aceitar-se os princípios da autêntica ética social e individual simplesmente. É que não só as leis da continuidade histórica, na sua precisa dialética de tese e antítese, de acção e reacção, mas os mais variados fenómenos de latência maniqueia nos obrigam a considerar se, logrado empiricamente o golpe de força da libertação, estamos a curar-nos positiva e validamente da ética do nacionalismo e da patologia do autoritarismo — mais própria e amplamente, diríamos, do *ethos* e do *pathos* tradicionalistas da tirania — se estamos a libertar-nos pessoal e comunitariamente das larvas e dos incubos do passado, ou se, pelo contrário, estamos apenas a mudar o nome e o sinal às coisas, a interiorizar e recalcar os males, a acumular tensões e ressentimentos. Ressentimentos que se expressam e traduzem em recriminações; recriminações que antecipam a justificação e preparam a execução potenciada de retaliações. Em suma, se Tibério está ainda entre nós, camuflado, ou talvez multiplicado por aqueles meninos das falsas delícias de Capri, que a legenda popular teve de inventar para explicar-se a monstruosidade daquele César ressentido, que no entanto era pessoalmente um homem identificado com o Estado romano, austero consigo e «virtuoso» à romana.

(...)

DIREITO FUNDAMENTAL DO HOMEM É O DIREITO DE OPINIÃO E DE EXPRESSÃO DE PENSAMENTO

Direito fundamental do homem é, bem o sabemos, o direito de opinião e de expressão do pensamento. Mas se este é um direito fundamental, mais fundamental é o direito de não ser condenado por delito de opinião. Uma condenação desta origem é um atentado contra a civilização, um

crime contra a consciência colectiva, é uma violação monstruosa da pessoa humana. Ora o que aí vemos e ouvimos, em assembleias de escolas, empresas, grupos informais, etc. não são quase sempre senão denúncias, acusações, condenações por delito de opinião. A verdadeira culpa é que os outros não pensem como nós. Ontem era preciso balar com as ovelhas: hoje é preciso uivar como os lobos. E o pior é que os mais raivosos e venenosos lobos de hoje são as ovelhas sabujas da carneirada de ontem!...

Oxalá que a palavra *saneamento*, na sua deturpação semântica e moral, não fique a marcar uma era triste na história de Portugal! O «prurido da depuração» anda ligado, segundo o próprio Hegel, ao «furor da destruição» e finalmente ao Terror institucional. É a grande lição da história contemporânea, a começar em 89: esse prurido é a marcha ascensional da intolerância, é o crescendo do espírito tirânico.

A delação, sabemos-lo pela história, tinha bastante lugar no direito romano e na sua praxe política. No entanto, o homem do ressentimento, que foi Tibério, ficou assinalado na história como um monstro, principalmente por ter universalizado essa prática da delação. Estimular à delação é animar os sentimentos inferiores do homem, é despertar a besta de ambição, inveja e ressentimento, que dormita no fundo de cada um de nós.

A mim pessoalmente aconteceu ter de reagir outrora, em assembleia bem responsável, a uma «proposta honrosa e de muita confiança» para colaborarmos com a polícia política, a bem da «defesa social», que também «muito interessa à Igreja». Lembro bem do que então disse (e que encenou a discussão do assunto):

— Isso não! Isso nunca! Criem quantas polícias quizerem, postem mesmo um agente da polícia ao pé de cada um de nós, mas fazer de nós polícias, isso nunca! Seria uma traição ao povo que nos está confiado... Seria uma traição a Deus.

Pois, hoje, não tenho outra coisa a dizer. Seria gravíssimo, seria mortal, que, em troca de alguns milhares de agentes e informadores das polícias políticas, se quisesse ou se deixasse fazer do povo português um povo de delatores... Não ignoro que a denúncia dum crime — mas nunca duma opinião! — pode ser legítima e mesmo obrigatória em direito. Mas não, nos códigos mais civilizados, pelo crime em si, pelo crime passado, mas para evitar as suas consequências ainda previsíveis ou para prevenir crimes futuros. Em direito canónico é mesmo solene a princípio: «a acção ou acusação criminal está reservada somente ao promotor de justiça, excluída toda e qualquer outra pessoa». A *vindicta* privada devia ter os seus dias cantados; já viveu demais... Aliás o próprio Programa do Movimento fala expressamente da entrega dos culpados de crimes contra a ordem política — novos crimes, contra a nova ordem — à autoridade competente «para instrução de processo e julgamento».

Creio bem que já basta, entre as vergonhas da Humanidade e da Igreja, o processo inquisitorial à base da delação e do segredo assegurado aos delatores!...

NECESSARIO E URGENTE UM MOVIMENTO DAS FORÇAS MORAIS PARA A PAZ ENTRE OS PORTUGUESES

Creio chegado aqui e agora o momento de lançar ao País um grande e solene apelo à Reconciliação entre todos

os portugueses, apelo a promover e assegurar as condições da Paz em Portugal pela Reconciliação dos portugueses. Em seguimento ao Movimento das Forças Armadas torna-se necessário e imperativamente urgente um Movimento das forças morais, para a Paz e amizade cívica entre todos os portugueses, com respeito evidentemente pelos legítimos pluralismos ideológicos e partidários. Impõe-se um verdadeiro rearmamento moral e espiritual, para assegurarmos o futuro do nosso Povo: por um lado, é preciso vencer os sintomas que vêm já de longe mas que estão crescendo ao ritmo das desilusões da gasta canção «Portugal não é pequeno, como dizem»... sintomas crescentes dum clima de baixo império, das discussões de Bizâncio, à vista dum mundo que já não nos atacará, mas que pasma de nós; por outro lado, é preciso não acumular as tensões destrutivas e descarregar mesmo acumuladores já bastante carregados de tendenciosa guerra civil. Já se referem na Imprensa factos de violência, humilhações, vexames e sua teatralização, montados manifestamente no estilo da guerra civil espanhola, sob o medo ou aceitação comuns e na impunidade final. Mas quando nesta nossa cidade do Porto, ali em frente à estação de S. Bento, uma criança da rua diz ao jornalista que pede ao pai-Natal «uma espingarda, por causa do 25 de Abril, p'ós fascistas», que mais é preciso dizer?! Dizem que a infância é cruel; e não é verdade. A infância ignora a dor, sobretudo a dor moral. O que a infância é, na sua própria inocência e inconsciência, é o espelho dos adultos e portanto símbolo e expressão do mundo em que vive.

Em congresso partidário recente, disse o Secretário-Geral que «os progressos da intolerância são evidentes e as tentativas de hegemonia partidária, abertas ou insidiosas, estão a conduzir ao desespero muita gente, afastando-a decisivamente da Revolução». E, concluída esta grave constatação, lança a solene advertência: — «Cuidado, a cota de alarme está a ser atingida».

Citamos esta autoridade não como político ou secretário-geral dum partido, mas como homem de Estado posto em posição especial para conhecer as reacções estrangeiras e compará-las com as nacionais. Por mim e como bispo podia acrescentar ao testemunho do amigo e compártepe do exílio o meu próprio testemunho de bispo, que deveria ser também uma advertência: em alguns sectores católicos, pouco numerosos é certo, a cota de alarme já foi atingida.

Quanto às observações imparciais que nos vêm de fora, bastê por todas esta do boletim belga da *Pax Christi*, em número especialmente dedicado a Portugal, com muita simpatia e vontade de ajudar a nossa «Revolução dos cravos». Diz e ilustra esse boletim, quanto ao nosso presente: «Nada está feito... tudo é possível». E, entre os possíveis menciona os piores...

Quanto a estas piores possibilidades, muitos há que invocam a consabida «brandura dos nossos costumes», como impeditiva duma guerra civil. Tal modo de pensar significa o desconhecimento da nossa história, ou o julgar de toda ela pelo 5 de Outubro ou 28 de Maio, pequenos episódios de transferência do poder de uma burguesia para outra burguesia. É bem de temer que, embalados no desconhecimento da nossa história e no fácil confronto com os nossos vizinhos, vamos para a guerra civil e social, a dormir ou a cantar... que essa canção seja «Grândola, vila morena» ou «Viva o cão raivoso»! Lembremo-nos sempre do Chile, que também ouviamos louvar e apreciar como caso único, no mundo hispânico ou no mundo simplesmente. Devemos sem dúvida evitar maniqueísmos terrorizantes; mas tão pouco devemos cair em optimismos panglossicos...

TUDO DEVE COMEÇAR PEELA CORAGEM DA VERDADE, QUE SE CHAMA SINCERIDADE

Este rearmamento moral, para que apelamos, deve começar pela verdade, pela coragem da verdade. Esta coragem da verdade chama-se sinceridade: é pela sinceridade austera e corajosa que tudo deve começar.

Francamente, até há pouco sabíamos o que era a Reacção, o que era o Fascismo. Em certos dos seus aspectos, conhecíamos-os mesmo melhor que muitos: — *pathemata mathemata*, assim diziam os gregos. De há uns tempos a esta parte, francamente, começamos a não saber...

Quem, por exemplo, acreditará no receio de que o regime que para aí esteve durante 48 anos volte ao poder em Portugal, o regime e os homens mais em evidência, que ele consumiu e queimou?! Evidentemente há sempre loucos em política, e será mesmo possível que várias formas de paranoia tenham maior presença na acção e reacção políticas do que nas outras actividades humanas. Mas só loucos de pedras pensariam em restaurar um regime com homens queimados. Não certamente os que fossem fiéis à sucessão dos mestres que administraram o pensamento da sua grei. Pois não é verdade que o responsável do primeiro consulado já chegara a admitir a morte do regime, (consolando-se esquizotimicamente com ter tido razão, ter agora razão e, mesmo derrotado, continuar a ter tido razão), dera como palavra de ordem o «aguentar!» (à maneira do «aguenta, galego!» das melopeias infantis) e falava de tal maneira que justificava a impressão de que chegáramos ao passo final de Alcácer-Quibir e de que só restava a solução «honrosa» do «morrer, mas devagar!»? E de resto que pode significar a ordem de «aguentar» senão o brado de guerra de «ter! ter!» que determinou o desastre de Alcácer? E quanto ao responsável do segundo consulado, não nos dá aquilo que disse e escreveu, e mesmo o que continua a escrever, a impressão de que ele se sentia vergar sob o peso de pesada herança, a que não podia ser infiel?

É pois manifesto e evidente que o regresso ao passado é impossível; pode ameaçar-nos algo de parecido ou de ainda pior, mas isso não. Porque pois multiplicar as ameaças e esconjuros terrorizantes com o papão, que já nem tigre de papel pode ser? Se não é para, na maior inconsciência, «conduzir ao desespero muita gente, afastando-a decisivamente da Revolução», será para, talvez consciente e criminosamente, conduzir a soluções de catástrofe, de catástrofe desnecessária, e portanto criminosa, de que sectariamente se queiram aproveitar...

UMA PAZ DINÂMICA E CONSTRUTIVA PELA RECONCILIAÇÃO ENTRE TODOS OS PORTUGUESES

Amemos a Verdade e faremos a Paz: uma Paz dinâmica e construtiva, pela Reconciliação entre os portugueses. Fomentar ódios e rancores, impôr aos adversários a humilhação e a injustiça é destruir o futuro de Portugal, com o próprio futuro da Revolução.

Falar assim, apelar mesmo para o amor, não é desconhecer a condição conflituosa da sociedade, baseada na

própria condição conflituosa do homem sensível ou, como se dizia outrora, no seu apetite irascível. E admitimos que o lugar próprio dos conflitos, na humana sociedade, é a política. E, falando assim, não estaremos longe de J. Freund, que, no seu tratado sobre «a essência do político», considera que a política obedece a condições próprias e que a sua lei específica é a lei do conflito, da luta pelo poder. Assim sendo e isto admitindo, passamos ainda além do marxismo, que limita todos os conflitos à luta de classes e a causa desta única luta à propriedade privada. E, de passagem, não podemos deixar de lamentar a atitude de certos católicos que, talvez sentindo que chegam tarde ao comboio, não conhecem mais na sua «religião» que a luta de classes, fazem dela uma mística pseudo-evangélica, como a redenção do mundo só pelo operário e só pela luta operária. A luta de classes é um facto e desse facto se deve partir. Considerá-la como um fim, fazer dela «um ideal», uma «pseudo-religião» (como disse Mons. Elchinger, a respeito dum caso francês) é não só ficar abaixo do nível cristão, mas abaixo do próprio nível... marxiano!

O nosso apelo à Paz cívica em Portugal pela Reconciliação entre os portugueses é essencialmente um apelo à Verdade, à Justiça e à Caridade, no seu aspecto de amizade cívica. Sendo essencialmente apelo à Verdade, não pode no entanto, para ser válido, prescindir da credibilidade. E num clima de intoxicação em que vive grande parte da nossa gente, principalmente a juventude estudante e operária, essa credibilidade tem de ser assente em factos bem palpáveis e concretos, anteriores a 25 de Abril. Aqueles que sob o regime anterior sofreram a prisão ou exílio, os que foram detidos e submetidos a interrogatórios da polícia ou dos tribunais especiais, os que foram impedidos na sua carreira profissional ou lesados nas suas actividades económicas legítimas, os que recusaram os compromissos de fidelidade política, para exercer cargos melhores, desde que essas opressões e atropelos sejam certos e documentáveis, têm títulos de credibilidade que valem contra atrabiliárias suspeições de reacção ou de fascismo.

Esse título de credibilidade representa sem dúvida um direito; mas é sobretudo uma obrigação. Há certas situações da colectividade em que cada um deve fazer tudo o que pode, conforme a sua qualidade pessoal e não por qualquer padrão colectivo. *Qui peut et n'empêche, pêche* — costuma dizer-se em francês (decerto pela assonância): quem pode evitar o mal e não o impede, esse peca.

Por isso, ao lado do Movimento geral de Reconciliação, aberto a todos, deveria haver uma Liga de Reconciliação entre os portugueses, formada por aqueles cuja credibilidade não pudesse ser contestada. O fim desta Liga seria especialmente evitar a escalada das tensões de ressentimento, recriminação e retaliação; e, positivamente, romper a cadeia da negatividade, o círculo infernal da violência, antes que chegue a ruptura de catástrofe, que ninguém sabe onde poderá terminar. Para isso é indispensável a Justiça assente na Verdade; mas não basta a justiça seca e mecânica. Aos cristãos diríamos, com o Evangelho, que é preciso que a nossa justiça abunde mais que a dos escribas e dos fariseus, isto é, importa que a Justiça seja informada pelo Amor, a começar pelo próprio amor da Justiça, para atingir a amizade cívica e a paz civil. O conceito bíblico da Justiça, em si mesma, é já muito amplo e profundo em relação às pessoas e à sociedade. Podíamos bem dizer que esse conceito fundamental consiste em pôr o homem em estado de direito: que os direitos de cada um sejam respeitados, que cada um respeite os direitos dos outros. E no entanto sempre o Bíblia associa e sobrepõe à Verdade e Justiça os

conceitos do amor e da misericórdia. Ao longo dos escritos bíblicos, por umas 26 vezes nos aparece a palavra Verdade associada à palavra Misericórdia, pela qual se significa a generosidade, o perdão, a humanidade e a caridade.

Precisamos bem de tirar fielmente todas as conclusões de adorarmos, há vinte séculos, a Vítima da maior injustiça da história, injustiça cometida em nome da razão de Estado e da vontade popular, por parte da Teocracia judaica e do Império do povo-rei. E esse crime atinge Aquele que, sendo o Verbo ou a Palavra de Deus, nos aparece como a generosidade, benignidade e humanidade: apareceu a benignidade e humanidade do nosso Salvador, que é

Deus», diz-nos S. Paulo. E o mesmo Apóstolo nos diz que o mesmo Cristo Jesus é Aquele «por quem agora recebemos a reconciliação» (Rom. 3, 11).

«Deus é Amor e o Amor é a presença de Deus em nós» (1 Joan. 4, 16).

Que entre todos os portugueses nasça também essa grande Esperança, que é Amor e Futuro absoluto, (qualquer que seja o nome que lhe chamem) a Esperança de que, reconquistados os direitos humanos para todos e cada um, brilhe sobre o nosso futuro colectivo o sol luminoso da Paz: Paz em Portugal pela Reconciliação entre os portugueses!

NOTA — Este foi o texto lido por ocasião da homilia (epígrafe e subtítulos da responsabilidade da redacção de VP). Uma pequena parte, que não foi lida na Sé Catedral mas que estava escrita e que neste texto vem assinalada com (...), será publicada com o texto na íntegra em caderno da Editora Telos a editar brevemente.